

Relatório Richa é contestado

Jairo Viana

Apenas em um ponto os parlamentares da bancada brasiliense concordam, em unanimidade, com o substitutivo do relator da Comissão de Organização do Estado, senador José Richa (PMDB-PR): o que concede a autonomia do Distrito Federal, mesmo que não seja em 88. Mas as questões da coincidência da eleição e do mandato do governador de Brasília com a do presidente da República, como a vinculação do Poder Judiciário e a Secretaria de Segurança Pública à União, foram criticados por deputados e senadores.

Dos cinco constituintes de Brasília consultados, ontem, quatro se mostraram favoráveis à aprovação da proposta do relator da forma como está redigida e dois se pronunciaram pela inclusão de modificações no substitutivo. Foram ouvidos quatro deputados e dois senadores.

Régressão

Apesar de concordar com a vinculação da eleição do governador de Brasília com a do presidente da República, o senador Maurício Corrêa (PDT-DF), teceu severas críticas ao substitutivo do senador José Richa. "Em termos políticos a proposta do relator regredie. Caso o substitutivo seja aprovado, a Nova República retira do povo de Brasília uma conquista já consolidada", afirma.

O senador pedetista considera a autonomia concedida pelo relator como limitada. "Com a eleição do governador distrital, Brasília não chega a ser um município. Pois, governador distrital significa um prefeito de roupagem nova, da mesma forma que deputado distrital é igual a vereador de casaca", compara Maurício Corrêa.

Também o deputado Augusto Carvalho (PCB-DF) crê que a

autonomia prevista no substitutivo do relator da Comissão de Organização do Estado é parcial, uma vez que vincula o Poder Judiciário e a Secretaria de Segurança Pública à União. A seu ver, esses assuntos deveriam ser tratados na Lei Orgânica do Distrito Federal, a ser elaborada pela Câmara Legislativa.

Augusto defende a mobilização geral de toda a população de Brasília, não só para cobrar a aprovação de uma autonomia maior, como para forçar a eleição do governador já no próximo ano. Para ele, a independência da Secretaria de Segurança em Brasília poderá atropelar o processo de transição.

Os deputados peemedebistas Sigmaringa Seixas (relator da Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios) e Márcia Kubitschek consideraram o substitutivo do senador José Richa como um avanço da posição inicial do relator, que queria definir Brasília como município, elegendo prefeito e vereadores para administrar a cidade. Ambos são a favor da vinculação da eleição e do mandato.

O senador Pompeu de Souza (PMDB-DF), vê como desnecessária a vinculação da eleição do governador com a do presidente da República. "Isso não ocorre em parte alguma do mundo. O que precisamos é praticar uma política civilizada. Por isso, não tem fundamento a argumentação de que o governador deve pertencer ao mesmo partido do presidente da República", argumenta.

O prefeito do distrito de Colúmbia, por exemplo, além de negro é do partido de oposição ao presidente Ronald Reagan, o que deve ser duplamente desagradável para o presidente dos Estados Unidos. Mas nem por isso, ambos deixam de ter uma política de convivência pacífica", disse Pompeu.